

**1. Contexto Operacional:**

Fundada em 1999 a Pelissari é uma sociedade anônima de capital fechado, registrada no CNPJ sob o nº 03.158.860/0001-46, NIRE nº 413.0002.148-1, sediada na cidade de Curitiba (PR), Alameda Dom Pedro II, nº 255 - Piso C do Centro Comercial do Shopping Novo Batel, bairro Batel, CEP 80.420-060.

Como resultado de uma política de expansão planejada de acordo com as necessidades do mercado proporcionando proximidade e o máximo em facilidades para os seus clientes, a Pelissari mantém filial no estado de Santa Catarina, na cidade de Joinville, no estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Caxias do Sul e no estado de Pernambuco, na cidade de Recife.

Tem por objetivo fundamental:

- a) Prestação de Serviços de consultoria em tecnologia da informação;
- b) Revenda de produto próprio denominado SOFICOM;
- c) Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis;
- d) Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação;

**2. Base de Preparação e Resumo das Principais Políticas Contábeis:**

**a) Declaração de conformidade:**

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em observância aos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, relativos ao Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC-PME).

Os pronunciamentos/interpretações de CPCs/IFRS que entraram em vigor a partir de 2015 não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

**b) Base de mensuração:**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

**c) Moeda funcional e moeda de apresentação:**

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da empresa.

**d) Base de consolidação:**

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas Demonstrações Financeiras da Pelissari Informática S.A. e sua controlada, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8.

| Nome Empresarial  | País Sede | Relação | % Participação |            |
|-------------------|-----------|---------|----------------|------------|
|                   |           |         | 31/12/2015     | 31/12/2014 |
| PGT Soluções Ltda | Brasil    | Direta  | 95%            | 95%        |

A controlada é integralmente consolidada a partir da data de aquisição, sendo esta, a data na qual a Pelissari Informática S.A. obtém controle, e continua a ser consolidada até a data em que esse controle deixe de existir. Os critérios adotados na consolidação são: A empresa inclui em sua consolidação as sociedades controladas, nas quais a controladora, diretamente possui influência significativa que assegurem os seus acionistas de modo permanente e preponderante o poder de eleger a maioria dos administradores.

\* As demonstrações financeiras da controlada são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes e padronizadas com o propósito de apresentação, classificação e mensuração uniformes.

\* Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo, entre esses:

a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as empresas incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação.

b) Eliminações do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio.

**3. Principais políticas contábeis:**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis e seguem os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último período social findo em 31 de dezembro de 2015.

**a) Instrumentos financeiros:**

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro.

Incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar e outras dívidas.

**b) Caixas e equivalentes de caixa:**

Caixas e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Demonstrado na nota explicativa nº 4.

**c) Contas a receber:**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços, venda de produtos (SOFICOM) e a revenda de licenças SAP, no decurso normal das atividades da empresa e sua controlada. As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 5.

**d) Investimentos em controladas:**

As controladas são empresas nas quais a Sociedade diretamente é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. São consideradas controladas as sociedades nas quais a Sociedade detém o controle. Controle é o poder de governar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa, a fim de obter benefícios de suas atividades, o que em geral consiste na capacidade de exercer a maioria dos direitos de voto.

Os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para a mesma data-base de apresentação da controladora. Sempre que necessário, são realizados ajustes para adequar as práticas contábeis às da Sociedade.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a parcela atribuível à Sociedade sobre o lucro ou prejuízo líquido do período desses investimentos é registrada na demonstração do resultado sob a rubrica "Resultado de equivalência patrimonial". Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo. Os outros resultados abrangentes de controladas são registrados diretamente no patrimônio líquido da Sociedade sob a rubrica "Outros resultados abrangentes".

**e) Imobilizado:**

**e.1) Recanhecimento e mensuração:**

Registrado ao custo de aquisição e deduzido das respectivas depreciações acumuladas, que são calculadas pelo método linear e levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens, descritas abaixo.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas e despesas operacionais no resultado.

**e.2) Depreciação:**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Verificar nota explicativa nº 9.1 e 9.2.

A vida útil estimada em percentual anual para o período corrente e comparativo demonstradas na nota explicativa nº 9.3.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício contábil e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**f) Ativos Intangíveis:**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. São compostos por:

**f.1) Marcas e Patentes:**

Registrados pelo custo de registro ou de aquisição.

**f.2) Softwares:**

Registrados pelo custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

**f.3) Desenvolvimento de Produtos:**

Despesas com o desenvolvimento interno de produtos são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, registrando os custos diretamente atribuíveis ao produto, que serão amortizados durante a vida útil de 5 anos, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

Demonstrado na nota explicativa nº 10.

**g) Avaliação do valor recuperável de ativos:**

Os bens do imobilizado e intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, ela é reconhecida no resultado do exercício. Verificar nota explicativa nº 9.4.

**h) Passivos circulante e não circulante:**

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

**h.1) Salários e encargos:**

Tal rubrica contempla os salários a pagar dos colaboradores e valores de encargos sociais incidentes sobre a folha de salários.

**h.2) Férias a pagar:**

Constituída com base nos períodos vencidos e proporcionais, incluindo os respectivos encargos sociais.

**h.3) Serviços prestados a pagar:**

Referem-se a serviços prestados por terceiros.

**h.4) Adiantamento de Clientes:**

Correspondem aos valores recebidos antecipadamente para prestação futura de serviços e está composto por adiantamentos recebidos de clientes.

**i) Benefícios concedidos a empregados:**

Fazem parte da política de benefícios concedidos aos empregados: assistência médica, vale alimentação e vale refeição, plano odontológico, vale transporte, convênio farmácia, seguro de vida, previdência privada e programa de educação com subsídio de até 50% para cursos de línguas, graduação e pós-graduação.

A empresa não possui benefícios de longo prazo ou benefícios pós emprego com seus empregados.

Todos estes benefícios respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados ao término do vínculo empregatício com a empresa.

**j) Contas a pagar aos fornecedores:**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, reconhecidas pelo valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

**k) Obrigações Tributárias Federais:**

**k.1) Imposto de Renda e Contribuição Social:**

Reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, a despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita a interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

**l) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio:**

Nos termos do Estatuto Social, aos titulares de ações, será atribuído, em cada exercício o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio.

A distribuição aos acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da empresa.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

**m) Provisões:**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se existe uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12.

**n) Empréstimos e financiamentos:**

Reconhecidos pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13.

**o) Capital Social:**

O Capital Social corresponde ao valor obtido na emissão de ações ordinárias. Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários.

**p) Reservas de Capital:**

Constituída com o resultado da alienação de ações mantidas em tesouraria, que não transita pelo resultado. O saldo pode ser utilizado para absorção de prejuízos, recompra de ações, incorporação ao capital ou pagamento de dividendo a ações preferenciais.

**p.1) Ações em Tesouraria:**

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) e reconhecidos ao custo de aquisição e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Sociedade.

**p.2) Ágio na Venda de Ações:**

O ágio refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações ou pagamento de dividendo cumulativo.

**q) Reservas de Lucros:**

**q.1) Reserva Legal:**

De acordo com a legislação societária brasileira, a empresa deve destinar 5% do lucro líquido do exercício auferido, que não exceda 20% do capital social, para constituição da reserva legal. A empresa poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder a 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social da empresa e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, caso seja determinado pela Assembleia de acionistas.

**q.2) Reserva Estatutária:**

Constituída no limite de 30% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a constituição da Reserva Legal, não podendo exceder o montante do capital social, e tem por finalidade fazer frente a investimentos em novas tecnologias, manutenção e ampliações do portfólio de produtos ofertados, assim como investimentos em treinamentos e melhorias de processos internos administrativos e operacionais.

Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a respectiva destinação: para capitalização ou para distribuição de dividendos aos acionistas.

**q.3) Reserva de Contingências:**

De acordo com o artigo 195 da Lei nº 6.404/76, a assembleia geral, por proposta dos órgãos de administração, destinou parte do lucro líquido à formação da reserva de contingências com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado.

**r) Receita Operacional:**

**r.1) Receita de Serviços:**

A receita operacional da venda de serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos serviços foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços vendidos e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

**r.2) Receita e despesa financeira:**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos sendo eles financiamentos BNDES e leasing.

**s) Demonstrações de fluxo de caixa:**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

**t) Participação Acionistas Não Controladores:**

A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na conta de "Participação dos acionistas não controladores".

A Composição das participações dos Acionistas é a seguinte:

Participação de Acionista Controlador: 95%

Participação de Acionista Não Controlador: 5%

**4. Caixas e Equivalentes de Caixa:**

A Empresa, segundo suas políticas de aplicações de recursos tem mantido suas aplicações financeiras em investimentos de baixo risco, mantidos em instituições financeiras. A Administração tem considerado esses ativos financeiros como equivalentes de caixa devido à sua liquidez imediata junto às instituições financeiras, com risco insignificante de mudança de valor.

| Caixa e Equivalentes de Caixa | Controladora  |               | Consolidado   |               |
|-------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|                               | 2015          | 2014          | 2015          | 2014          |
| Caixa                         | 5.386,08      | 4.971,48      | 5.614,55      | 5.083,40      |
| Bancos                        | 138.833,02    | 170.423,63    | 237.150,94    | 258.980,75    |
| Aplicações                    | 11.248.930,75 | 19.820.458,61 | 15.744.792,08 | 22.553.249,19 |
|                               | 11.391.158,85 | 19.795.851,72 | 15.987.557,57 | 22.817.331,34 |

**5. Contas a Receber de Clientes:**

O prazo médio de recebimento de contas a receber de clientes corresponde a aproximadamente 27 dias desde a emissão da nota fiscal até o seu recebimento, para os serviços realizadas no mercado interno e externo.

| Contas a Receber          | Controladora  |              | Consolidado   |              |
|---------------------------|---------------|--------------|---------------|--------------|
|                           | 2015          | 2014         | 2015          | 2014         |
| Clientes Contas a Receber | 6.488.483,27  | 3.760.573,11 | 6.605.114,58  | 4.062.775,41 |
| Clientes a faturar        | 3.517.417,09  | 1.335.160,92 | 3.565.612,23  | 2.200.128,25 |
| Clientes - Reembolso      | 323.385,45    | 133.928,73   | 325.458,33    | 133.928,73   |
|                           | 10.329.285,81 | 5.229.662,76 | 10.496.185,14 | 6.396.832,39 |

**6. Tributos a Recuperar**

| Tributos a Recuperar                      | Controladora |              | Consolidado |              |
|---|--------------|--------------|-------------|--------------|
|   | 2015         | 2014         | 2015        | 2014         |
| IRRF - s/Faturamento (a)                  | -            | 951.400,13   | -           | 1.080.168,69 |
| IRPJ - Antecipação Mensal (a)             | -            | 2.077.623,15 | -           | 2.522.881,73 |
| IR a Compensar - Mútuo (a)                | -            | 626.094,61   | -           | 626.094,61   |
| IR a Compensar - Internacional            | -            | 1.646,95     | -           | 1.646,95     |
| IRRF a Compensar s/ Aplic. Financeira (a) | -            | 33.824,15    | -           | 95.460,54    |
| IRPJ Compensado - PerDcomp (a)            | -            | 302.583,53   | -           | 302.583,53   |
| IRPJ - Compensação Anos Anteriores (a)    | -            | 43.266,22    | -           | 43.266,22    |
| PIS a Compensar                           | 2.534,63     | 199.890,96   | 19.183,34   | 211.782,47   |
| COFINS a Compensar                        | 10.498,33    | 624.244,62   | 84.279,52   | 680.051,59   |
| CSLL a Compensar (a)                      | -            | 296,49       | -           | 92.065,05    |
| CSLL - Antecipação Mensal (a)             | -            | 1.135,90     | -           | 142.721,02   |
| CSLL Compensado - PerDcomp                | -            | 27.301,89    | -           | 27.301,89    |
| CSLL - Compensação Anos Anteriores (a)    | -            | 45.800,92    | -           | 45.800,92    |
| ISS a Compensar S.T. - Joinville          | 2.334,20     | -            | 2.334,20    | -            |
| IRPJ - Saldo Negativo                     | 331.374,32   | -            | 331.374,32  | -            |
| Impostos a Compensar em Processo          | 29.056,93    | -            | 29.056,93   | -            |
| INSS s/ Faturamento a Compensar           | 45.800,92    | -            | 45.800,92   | -            |
| CSLL - Saldo Negativo                     | 108.471,67   | -            | 108.471,67  | -            |
| ISS a Compensar                           | 404,82       | 404,82       | 404,82      | -            |
| IRPJ - Pagamento a Maior                  | 25.285,82    | 22.656,82    | 25.285,82   | 24.847,87    |
| CSLL - Pagamento a Maior                  | 7.538,41     | 6.752,21     | 7.538,41    | 6.752,21     |
|   | 563.300,05   | 4.984.723,42 | 653.729,95  | 5.903.423,29 |

(a) O saldo da conta de tributos a recuperar, apresentou uma variação grande em relação ao ano de 2014 (4.984.723,42) para 2015 (563.300,05), devido a alteração de lançamento contábil com relação a apuração de IRPJ/CSLL anual. No exercício de 2014 a compensação de valores com os saldos do passivo ocorria na data do pagamento e no exercício de 2015 as compensações foram realizadas no mês da apuração.

**7. Despesas Antecipadas:**

Grupo apresentado pelas despesas pagas antecipadamente, mas apropriadas em períodos de competência subsequentes.

| Despesas Antecipadas    | Controladora |           | Consolidado |           |
|-------------------------|--------------|-----------|-------------|-----------|
|                         | 2015         | 2014      | 2015        | 2014      |
| Licenças a Apropriar    | 44.885,56    | 10.339,76 | 44.885,56   | 10.339,76 |
| Seguros a Apropriar     | 35.079,94    | 5.851,51  | 35.079,94   | 5.851,51  |
| Assinaturas a Apropriar | 2.869,58     | 1.548,50  | 2.869,58    | 1.548,50  |
|                         | 82.835,08    | 17.739,77 | 82.835,08   | 17.739,77 |

**8. Investimentos: 8.1) Partes relacionadas:**

|                   | Capital Subscrito | Ações Ordinárias | Patrimônio Líquido | Lucro do Exercício | Percentual de Participações |
|-------------------|-------------------|------------------|--------------------|--------------------|-----------------------------|
| PGT Soluções Ltda | 9.500,00          | 9500             | 4.370.420,26       | 4.151.899,25       | 95%                         |

**8.2) PGT Soluções Comércio e Serviços de Material de Informática Ltda, inscrita no CNPJ nº 08.296.255/0001-55 é controlada pela Pelissari Informática S/A.**